

Governador Valadares, 02 março de 2023.

Ao Banco Central do Brasil
Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro – DESIG

Carta de Apresentação

Ref.: Demonstrações Financeiras para o semestre findo em 31/12/2022.

Prezados Senhores,

Em atendimento ao requerimento da Resolução 4.720 e demais normas vinculadas, estamos enviando o arquivo eletrônico contendo os documentos abaixo elencados e que compõem as Demonstrações Financeiras de Opção Administradora de Consórcios Ltda. Relativas ao período supramencionado.

- I – Demonstração do Resultado do Exercício
- II – Balanço Patrimonial
- III – Demonstrações de Mutações do Patrimônio Líquido
- IV – Notas Explicativas da Administradora
- V - Demonstração das Variedades nas Disponibilidades dos Grupos
- VI – Demonstração dos Recursos de Grupos de Consórcios
- VII – Notas Explicativas dos Grupos de Consórcios.
- VIII – Relatório de Auditoria Independente
- IX – Resumo dos principais fatos Administrativos

Informamos que estes mesmos documentos foram devidamente disponibilizados em março do presente exercício no sítio eletrônico da Instituição, endereço:

<https://consorciogarantia.com.br/web/wp-content/uploads/2023/03/Publicacao-2o-semester-2022.pdf>

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Como responsáveis pelo conteúdo destes documentos, declaramos que estes representam cópia fiel das demonstrações financeiras auditadas e disponibilizadas no sítio eletrônico desta Instituição. Sem mais,

José Luis Ciatti
Contador
CRC (MG) 053.259/O-1

Hugo Leonardo Silveira Soalheiro
Diretor

Relatório da Administração - Opção Administradora de Consórcios Ltda
CNPJ 20.919.916/0001-57

Senhores sócios e consorciados:

Submetemos à apreciação de V. Sas. às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e as demonstrações consolidadas dos grupos de consórcios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que pressupõe a continuidade das suas atividades no futuro previsível.

A política de distribuição de lucros não apresenta critério definido, atendendo o previsto em seu contrato social. A Instituição não possui acordo de cotista relativo à política de reinvestimento de lucros.

No segundo Semestre de 2022, a empresa registrou Lucro de R\$ 49.258,58 (quarenta e nove mil duzentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e oito centavos), Patrimônio Líquido de R\$ 603.585,30 (seiscentos e três mil quinhentos e oitenta e cinco reais e trinta centavos), Ativos num total de R\$ 885.160,70 (oitocentos e oitenta e cinco mil cento e sessenta reais e setenta centavos) e Receita Bruta de Prestação de Serviços de R\$ 1.863.798,00 (um milhão oitocentos e sessenta e três mil e setecentos e noventa e oito reais).

Os limites impostos pela autoridade fiscalizadora, como Alavancagem, Imobilização e PLA mínimo foram plenamente atendidos pela empresa.

Demais imposições regulamentares, no tocante ao componente de Ouvidoria, controles internos, Auditoria Externa, COMPLIANCE, Auditoria Interna, PLD Política de Prevenção a Lavagem de Dinheiro, LGPD – Lei de proteção de dados foram adequados considerando o tamanho, porte, risco e complexidade das operações da entidade.

Agradecemos aos nossos clientes a confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Demonstração do Resultado do Exercício (Em R\$ 1.000)

CONTAS	2ºSem 2022	Exerc. 2022	2ºSem 2021	Exerc 2021
Rendas Tit. Renda Fixa	8	20	10	14
Rendas Taxa Administração	1.863	3.163	1.185	2.412
Outras Receitas Operacionais	0	0	1	2
(-)Despesas Administrativas	1.625	2.886	1.070	2.188
(-)Aprov. de Ajustes Patrimoniais	5	12	12	23
(-)Outras Despesas Operacionais	209	349	135	283
= LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL	31	(64)	(21)	(64)
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	18	69	0	0
PROVISÕES DE IMPOSTOS				
Imposto de Renda/Contrib.Social	1	1	0	0
RESULTADO DO EXERCÍCIO	49	4	(21)	(64)

BALANÇO PATRIMONIAL (Em R\$ 1.000)

	<u>31/12/2022</u>	<u>30/12/2021</u>
Ativo Circ.Real.L.Prazo	356	835
Disponibilidades	16	0
Depósitos Bancários	16	0
Tít. e Vrs. Mobiliários	281	490
Outros Créditos	58	344
Valores Específicos	0	307
Serviços Prestados a Receber	23	0
Diversos	35	36
Ativo Permanente	449	471
Investimentos	400	400
Móveis e Equipamentos de uso	49	37
Veículos	76	99
(-) Depreciação Acumulada	(27)	(65)
Ativo Compensado	58.863	39.399
Vrs.Pendentes Cobrança Judicial	177	0
Vrs. Devidos a consorciados Gr.Enc.	101	0
Vrs. Aplicados p/Administradora	101	0
Depósitos não procurados	24	0
FI Recursos não procurados	72	0
FI Recursos Recebidos	5	0
Rec. de Consórcios	57.442	38.703
Prev. Mensal Receber	1.042	696
TOTAL DO ATIVO	59.668	40.707
Passivo Circ.e Real.L.Prazo	201	708
Empréstimos no País	66	84
Fiscais e Previdenciárias	60	39
Obrigações Diversas	75	386
Diversos	0	197
Patrimônio Líquido	603	598
Capital Social	1.400	1.400
Lucros/Prejuízos Acum.	(797)	(801)
Passivo Compensado	58.863	39.399
Vrs. Pendentes Recebto. Judicial	176	0
Vrs. Devidos a Consorciados	101	0
Recursos Não Procurados	96	0
Recrussos Recebidos	5	0
Vrs. Aplicados P/Administradora	101	0
Recursos Coletados	57.442	38.703
Contribuições a Receber	1.042	696
TOTAL GERAL DO PASSIVO	59.668	40.707

**Varição Nos Componentes do Capital Circulante
Em R\$1.000 Ano 2022**

Componentes	ANO DE 2022		Variações
	Vrs. em 31/12/2021	Vrs. em 31/12/2022	
Ativo Circulante	835	356	479
Passivo Circulante	708	201	506
Capital Circulante	127	154	27

ANO 2022			
01- Origens de Recursos			
I - Baixa bens do Ativo Imobilizado Veiculo		49	
II - Baixa bens do Ativo Imobilizado cotas consórcio		41	
III - Lucro do Ano		4	
IV - Depreciação		12	106
02 - Aplicações de Recursos			
I - Aumento Capital Circulante		27	
II - Aquisição cotas de consórcio		41	
III - Aquisição equipamentos Informática		38	106

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRÍMONIO LÍQUIDO

	Saldo Inicial 31/12/2020	Movimento Prejuízo	Saldo Final 31/12/2021	Movimento Lucro	Saldo Final 31/12/2022
Capital Social	1.400		1.400		1.400
Prejuízo Acumulado	-736	-64	-801	4	-796
Acumulado	664	-64	599	4	604

Demonstração dos Resultados Abrangentes
 Em R\$ 1.000

	2º Sem 2022	Ano 2022	2º Sem 2021	Ano 2021
Lucro Líquido do Exercício	49	4	-21	-64
Parcela dos Sócios da Controladora	0	0	0	0
Parcela dos Não Controladores	0	0	0	0
(-) Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0
Tributos sobre Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0
Equivalência Patrimonial s/Ganhos Abrangentes de Coligadas	0	0	0	0
Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0
(-) Tributos sobre Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0
Outros Resultados Abrangentes Antes da Reclassificação	0	0	0	0
Ajustes Instrumentos Financ. Reclassificados p/Resultado	0	0	0	0
Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0
Parcela dos Sócios da Controladora	0	0	0	0
Parcela dos Não Controladores	0	0	0	0
Resultado Abrangente Total	49	4	-21	-64
Parcela dos Sócios da Controladora	0	0	0	0
Parcela dos Não Controladores	0	0	0	0

I) CONTEXTO OPERACIONAL - A Opção Administradora de Consórcios Ltda., é uma Instituição que tem por objeto a organização e administração de consórcios que se destinem à aquisição de bens duráveis, novos ou usados, de fabricação nacional e estrangeira, a grupos de participantes do público em geral, com atuação a nível nacional.

II) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA E DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

- As demonstrações contábeis foram preparadas e elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), advindas da Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

Para a contabilização das operações, **declaramos** que foram utilizadas as normas e regulamentações emanadas do Banco Central do Brasil (Bacen).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da Opção Administradora de Consórcio evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros; e realização de créditos tributários.

III) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA

a) Moeda funcional e de apresentação - As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado - O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate líquido.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata dia e calculadas com base no método exponencial. A receita com taxa de administração é reconhecida mensalmente em função dos recebimentos das contribuições pagas pelos grupos formados, e a despesa de comissão sobre venda de cotas de consórcio é reconhecida quando da inclusão dos consorciados nos grupos e pelo efetivo compromisso de pagamento.

c) Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Instrumentos financeiros – A empresa não possui esta modalidade de instrumentos.

e) Imobilizado de uso - Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Os bens são depreciados às taxas que levam em consideração a vida útil dos bens representados por: Instalações e Móveis e Equipamentos de Uso 10% a.a.; Sistemas de Processamentos de Dados 20% a.a.; Sistema de Segurança 10% a.a.; Veículos a 25% a.a. (estes foram baixados no semestre).

Bens	% Depr. Anual	Aquisição	Deprec.Acum.	Residual 2022
Móveis e Equipamentos	10%	11.456,00	1.622,93	9.833,07
Sistema de Processamento de Dados	20%	64.495,25	22.881,11	41.614,15

f) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo) - Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica “Créditos Tributários”. Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15%, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro tributável considerando a alíquota de 9%. No período encerrado em 31/12/2022 foram provisionados os tributos:

Total Receitas Anual	(+)	3.253.151,86	
Impostos Sobre Receita	(-)	348.796,82	
Despesas com Vendas	(-)	1.026.917,92	
Despesas Operacionais	(-)	1.871.911,80	
Lucro Antes do Imposto de Renda	(=)	5.525,32	
Dedução prejuízo limitado a 30%	(-)	1.657,59	
Base cálculo	(=)	3.867,73	
			x 15 % = 580,16 IRPJ
			X 9 % = 348,10 CSLL

g) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) – O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09 e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10 sendo:

h) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, inclusive 13º salário e férias acrescidos dos encargos.

i - Despesas antecipadas São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrados no resultado de acordo com o regime da competência.

J) Resultado recorrente e não recorrente – A empresa não apresenta no período.

l) Eventos subsequentes – A empresa não apresenta eventos subsequentes no período.

m) Transações com partes Relacionadas – A empresa não possui transações com partes relacionadas

n) CPC 47 que trata de como as empresas podem informar suas receitas e custos de acordo com o contrato com o cliente – A empresa responsável pelo desenvolvimento e manutenção do sistema utilizado pela Administradora, Sinqia Tecnologia Ltda., não conseguiu preparar as adaptações necessárias e se comprometeu a concluir os procedimentos durante o ano de 2023. Assim também não utilizamos a Provisão para Devedores Duvidosos, CPC 48, como forma de ajuste do Ativo, já que não provisionamos valores a receber futuros.

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS EM R\$ 1.000

	2° Sem 2022	31 12 2022	2° Sem 2021	31 12 2021
DISPONIBILIDADES	7.243	0	4,298	0
Depósitos Bancários	43	0	81	0
Aplicações Financeiras	2.206	0	644	0
Aplicações Financ.Vinc.	4.993	0	3.573	0
REC. COLETADOS (+)	11.032	57.229	6.987	38.703
Contrib.p/Aquis.Bens	8.454	43.642	5.638	29.911
Taxa Administração	1.573	9.196	1.034	5.780
Contrib.p/Fundo Reserva	129	658	98	524
Rend.Aplic.Financeira	360	562	49	213
Multa J.Monetários	49	184	31	129
Prêmio de Seguros	255	1.364	125	940
Outros	209	1.620	8	1.204
REC. UTILIZADOS (-)	11.506	50.585	6.687	34.105
Aquisição de bens	9.420	38.284	5.326	25.851
Taxa Administração	1.573	9.196	1.034	5.780
Multa e Juros Repassados	24	92	15	64
Prêmio de Seguros	255	1.364	125	940
Devolução a Consorci.Deslig.	54	77	23	233
Outros	178	1.570	161	1.235
DISPONIBILIDADES	6.326	6.326	4.598	4.598
Depósitos Bancários	59	59	20	20
Aplicações Financeiras	1.740	1.740	1.089	1.089
Aplic.Financ.Vinc.Contemp.	4.527	4.527	3.488	3.488

DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS EM R\$ 1.000

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativo Circulante	17.303	11.690
Disponibilidades	59	20
Depósitos Bancários	59	20
Aplic.Interf.Liquidez	6.267	4.577
Aplicações Financeiras	6.267	4.577
Disponibilidades dos Grupos	1.735	1.089
Vinculada Contemplações	4.527	3.488
Recursos de Grupos em formação	5	0
Outros Créditos	10.977	7.091
Valores Específicos	10.977	7.091
Direitos Junto a Consor.Cont.	10.977	7.091
Normais	10.616	6.895
Em atraso	196	130
Em cobrança judic. grs.em andam.	164	65
Compensação	66.357	50.174
Consórcio	66.357	50.174
Previsão Mensal Recursos	1.042	696
Contrib. Devidas ao Grupo	38.874	25.558
Valor bens/serviços a contem.	31.440	23.919
TOTAL ATIVO	83.660	61.864
Passivo Circulante	17.303	11.690
Outras Obrigações	17.303	11.690
Obrigações Diversas	17.303	11.690
Obrigações com Consorciados	8.963	5.797
Valores a repassar	501	179
Obrigações por contempl.a entregar	4.527	3.487
Recursos a devolver a consorc.	2.435	1.538
Recursos do Grupo	875	686
COMPENSAÇÃO	66.357	50.174
CONSÓRCIO	66.357	50.174
Rec. Mensais a Receber	1.042	696
Obrigações do Grupo p/Cont.	33.874	25.558
Bens/Serviços a contemplar	31.440	23.919
TOTAL DO PASSIVO	83.660	61.864

IV) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS

As demonstrações dos grupos de consórcios, foram elaboradas a partir das demonstrações de cada grupo de consórcio e divulgadas a partir da constituição do primeiro grupo de consórcio.

ATIVO.

- Aplicações financeiras - São demonstradas pelos valores de aplicação acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço. As aplicações em cotas de fundos de investimento são valorizadas com base no valor da cota disponibilizada pelo administrador do fundo para a data-base. Esses valores representam os recursos disponíveis e não utilizados pelos grupos e são aplicados de acordo com as diretrizes da Circular no 3.432/09, do BACEN. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados aos fundos comum e de reserva de cada grupo de acordo com o saldo de cada conta.
- Outros créditos - Referem-se a direitos junto a consorciados contemplados e representam os valores a receber referentes às parcelas vincendas do fundo comum e fundo de reserva (se aplicável), calculados com base no valor dos bens na data do balanço.

PASSIVO

- Obrigações com consorciados - As obrigações com consorciados representam o fundo comum recebido de consorciados não contemplados para aquisição de bens. O fundo comum, a taxa de administração e o seguro recebido de consorciados dos grupos em formação são determinados com base no valor dos bens objeto da operação e no percentual de pagamentos estabelecidos de acordo com o prazo de duração dos grupos.
- Valores a repassar - Os valores a repassar referem-se a valores recebidos de consorciados a serem repassados à Administradora referentes à taxa de administração, multas e juros e os prêmios de seguros. As multas rescisórias são deduzidas dos consorciados excluídos.
- Obrigações por contemplações a entregar - Correspondem ao valor de bens contemplados nos grupos, a serem entregues após a data das demonstrações contábeis, acrescidos dos rendimentos financeiros entre a data de contemplação e a data do balanço.
- Recursos a devolver a consorciados - Referem-se a valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos por ocasião do encerramento do grupo, referentes a pagamentos a maior de parcelas, e a valores a pagar aos consorciados desistentes e excluídos, atualizados pela variação do bem, que dependem da contemplação para o seu ressarcimento.
- Recursos dos grupos - Referem-se aos recursos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo, pelos valores de fundo de reserva, remunerações de aplicações financeiras, multas e juros moratórios retidos pelo grupo, atualização da variação do preço do bem e valores de prestações não recebidas dos consorciados após esgotados os procedimentos de cobrança.

CONTAS DE COMPENSAÇÃO

- Previsão Mensal de recursos a receber de consorciados e recursos mensais a receber de consorciados - Demonstrem a previsão de contribuições a receber (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês subsequente ao mês base das demonstrações contábeis. O montante foi calculado considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 30 de junho de 2022 a 31 de dezembro de 2022.
- Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições - Referem-se aos valores totais das contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos (grupos em andamento) até o final do grupo, considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2022.
- Valor dos Bens a Contemplar e obrigações por futuras contemplações - Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2022.

V) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

A empresa não possui nenhuma contingência Ativa patrocinada junto a terceiros, pessoa física ou jurídica, nem Passiva onde figure como ré em demanda judicial.

VI) OUTROS PASSIVOS

A empresa não possui eventos ou fatos subsequentes que possam interferir ou alterar os saldos apresentados.

VII) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Capital Social é de R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais), e está totalmente integralizado. A empresa apresenta um saldo de Prejuízos Acumulados no total de R\$ 796.414,70 (setecentos e noventa e seis mil quatrocentos e quatorze reais e setenta centavos), ficando o Patrimônio Líquido em R\$ 603.585,30 (seiscentos e três mil quinhentos e oitenta e cinco reais e trinta centavos).

VIII) - INFORMAÇÕES ADICIONAIS OBRIGATÓRIAS:

A empresa tem sua Sede localizada na cidade de Governador Valadares, estado de Minas Gerais, à Rua Peçanha nº 300, Centro. Está estabelecida como Sociedade Empresária Ltda. E possui nome fantasia de Consórcio Nacional Garantia. Está

classificada como Administração de Consórcios Para Aquisição de Bens e Direitos e tem seu quadro de sócios e administradores composto por:

Douglas Willians Neves

Diego Neves Ferreira

Antônio de Assis Neves Júnior

Hugo Leonardo Silveira Soalheiro (Sócio Administrador)

IX – INFORMAÇÕES FÍSICAS DOS GRUPOS

Dados	31.12.2021	30.06.2022	31.12.2022
Quantidade de Grupos Administrados	10	14	12
Quantidade de bens Entregues Acumulados	868	420	412
Quantidade de bens Entregues no Período	324	420	412
Taxa de Inadimplência	14,3232590%	17,795131%	14.886021
Quantidade de Consorciados Ativos Acumulado	2.283	3.536	3.302
Quantidade de Consorciados Ativos no Período	198	592	403
Quantidade de Consorciados Excluídos Acumulado	1.624	331	243
Quantidade de Consorciados Excluídos no Período	190	331	243
Quantidade de Bens Pendentes de Entrega	174	243	465

X – Grupos encerrados: Os grupos encerrados apresentam 21 cotas de consorciados inadimplentes, em cobrança administrativa que totalizam R\$ 44.446,90, que não estão considerados nas contas de compensação da conta valores pendentes de recebimento cobrança judicial, por inexistirem conta contábil específica para inadimplentes em ATRASO.

Governador Valadares, de 31 de dezembro de 2022.

Hugo Leonardo Silveira Soalheiro

Diretor

CPF: 069.195.716-992

José Luis Ciatti

Contador

CRC MG 053.259/O-1

CPF 620.688.496-15

RESUMO DOS PRINCIPAIS FATOS ADMINISTRATIVOS – 2º SEMESTRE/2022 **CONSÓRCIO GARANTIA**

1. Considerações Iniciais

A Administradora manteve a diretriz estratégica adotada no exercício anterior, aprofundando esforços de integração entre seus sistemas e tecnologias e investindo no Inbound Marketing.

2. Marketing e Vendas

Em se tratando do Marketing, a empresa redefiniu seu perfil no Instagram, considerando as diretrizes recentes do algoritmo daquela plataforma, que prioriza o engajamento. Novas linhas editoriais foram estabelecidas, assim como foi definida a padronização de linguagem, cores e símbolos para desenvolvimento e distribuição de conteúdo no Instagram.

Em se tratando das Vendas, a empresa optou pelo corte na estrutura de um dos seus pontos de venda avançados, considerando a otimização futura dos canais de vendas que a Administradora está procedendo paulatinamente.

3. Otimização de processos e transformação digital

A empresa iniciou os processos de mapeamento de funções e informações para adequação à Lei Geral de Proteção de Dados, com vistas à total implantação até o final do ano de 2022.

Em se tratando dos canais digitais, a empresa tem mantido o desenvolvimento e adensamento dos canais por WhatsApp e a integração destes com o Instagram e CRM.

4. Tratativas da Pandemia

Foram preservadas as regras de isolamento dos colaboradores, através de trabalho remoto (home office) para alguns destes, e mudança de layout nas dependências internas, além da manutenção das medidas adotadas desde 2020 – distribuição e adoção de máscaras, uso de álcool gel, uso de faixas e distanciamento físico entre clientes e colaboradores.

Governador Valadares, 31 de dezembro de 2022

Hugo Leonardo Silveira Soalheiro

Diretor

CPF.: 069.195.716-92

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Sócios e Administradores da
Opção Administradora de Consórcios Ltda.
Governador Valadares/MG

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da empresa Opção Administradora de Consórcios Ltda., que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de Dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do Patrimônio Líquido, resultado abrangente e dos Recursos de Consórcios e das Variações nas Disponibilidades de Grupos para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Opção Administradora de Consórcios Ltda., em 31 de Dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como as demonstrações consolidadas de Recursos de Consórcios em 31 de Dezembro de 2022 e das Variações nas Disponibilidades de Grupos de Consorcio para o semestre findo nessa mesma data de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com Ressalva

Para o reconhecimento das Receitas com Taxa de Administração a empresa considerou o Parágrafo 2º do Artigo 8º da Circular BACEN 2381/1993, apropriada por ocasião do seu efetivo recebimento, havendo o mesmo tratamento contábil para as Despesas com comissões que são apropriadas ao resultado quando da realização da venda (Carta Circular 2598 de 27.11.1995). A Resolução BCB nº 120 de 27.07.2021, aplicável a partir de 01.01.2022 revogou o Parágrafo 2º do Artigo 8º da Circular BACEN 2381/1993, prevendo em seu artigo 7º que as receitas e despesas devem ser reconhecidas “Pro Rata Temporis”, considerando-se os números de dias corridos.

A modificação do critério contábil na apropriação das receitas e despesas de acordo com a Resolução BCB 120/2021, tem reflexos no Resultado e nas Contas Patrimoniais em consequência do diferimento desses recursos e gastos, dos impostos sobre faturamento, créditos sobre insumos e impostos sobre lucros, consequentemente não foi possível mensurar tais reflexos.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Sorocaba(SP), 02 de Março de 2023

Arezu Auditoria e Contabilidade S/S
CRC2SP023952/O-8
Dantes Provete Neto
CRC 1RJ044876/O-8" T" SP